

Imperialismo e subimperialismo na América do Sul: os casos Malvinas e Roboré*

Ramon Casas Vilarino**

Resumo:

Neste artigo aborda-se o imperialismo na América do Sul a partir dos exemplos das incursões da Inglaterra e do Brasil sobre Argentina e Bolívia, respectivamente, com a anuência dos EUA. Nos dois casos, há a questão da exploração do petróleo animando as ações. No primeiro, o embate se reacende após quase trinta anos da guerra que envolveu os dois países, e, no segundo, as tensões têm sua origem já no século XIX, desenrolando-se até os nossos dias com a presença da Petrobrás no país vizinho.

Palavras-chave: Imperialismo. Petróleo. Malvinas. Roboré.

No capitalismo contemporâneo, o petróleo tem ganhado importância cada vez maior, tendo sido responsável pela deflagração de inúmeras guerras e conflitos que opuseram nações e povos. Não é à toa que quando sua exploração está em causa, paixões afloram e sentimentos nacionalistas, de defesa da soberania da pátria e das riquezas naturais são reanimados e entram em campo para combater o usurpador, identificado com o imperialismo e visto como responsável pela pobreza do país.

Assistimos a esse filme recentemente, por conta das tensões entre Brasil e Bolívia, e agora com a disputa das Ilhas Malvinas. Neste último, em fevereiro, o governo da presidente Cristina Kirchner reacendeu o debate em torno do direito de posse das ilhas localizadas ao sul do território argentino. Após quase trinta anos do conflito envolvendo Argentina e Inglaterra, desta vez a gota d'água foi o envio por parte dos britânicos de plataforma e equipamentos para extração de petróleo nos arredores das Ilhas Malvinas ou Falkland Islands, como preferem

*Este artigo é fruto de outros textos de minha autoria publicados nas revistas *Carta na Escola* (2006a) e *Carta Fundamental* (2010), além de minha tese de doutorado (Vilarino, 2006b), todas indicadas na bibliografia. Agradeço a Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida e Renata Gonçalves pelo incentivo para publicá-lo no atual formato, preservando-os, no entanto, pelos eventuais equívocos.

**Mestre em História e Doutor em Ciências Sociais: Política pela PUC-SP; professor do Instituto Sumaré de Educação Superior (ISES). End. eletrônico: ramoncv@ig.com.br

chamar. Líderes políticos dos países latino-americanos, reunidos em fevereiro na Cúpula da América Latina e Caribe em Cancún, deram apoio à demanda argentina, e a ONU foi convidada a tomar parte nas discussões a fim de chegar-se a um consenso, muito difícil em questões dessa natureza. Para entender melhor essa discussão, é preciso voltar no tempo e lembrar um pouco da colonização na América do Sul, da política imperialista nos séculos XIX e XX, e atentar para o novo imperialismo no XXI.

O que há nas ilhas e por trás delas?

A rigor, sejam Malvinas ou Falklands, as ilhas no Atlântico Sul não possuem riquezas visíveis que justifiquem invasões e guerras, já ocorridas, nem o mal-estar diplomático entre a Argentina e a Inglaterra que perdura desde a guerra de 1982. Se assim é, quais são os “mistérios (e encantos) de Clarice”?

Devido à proximidade da Antártica, a localização das ilhas é estratégica para quem quiser reivindicar direitos sobre o continente gelado. A posse desse pequeno território, portanto, poderia auxiliar a Inglaterra em embates futuros com outras potências e mesmo com países sul-americanos em torno da exploração e ocupação desse rincão. A localização das ilhas, ainda, permite uma observação atenta e certo controle sobre o tráfego marítimo na América do Sul, na ligação do Atlântico com o Pacífico. Seja para efeitos comerciais, seja em situações de guerra, a confluência de dois oceanos é importante do ponto de vista geopolítico. Quanto mais saídas e controle sobre elas, melhor. No entanto, além dessas vantagens proporcionadas pela sua localização, as Malvinas ainda possuem um potencial energético, que ficou comprovado agora com a chegada de equipamentos e a intenção da Inglaterra em explorar petróleo. Tendo em vista as recentes descobertas em águas brasileiras, haveria ali também um pré-sal? Por via das dúvidas, a presidente Cristina Kirchner proibiu o tráfego de embarcações por águas argentinas em direção às Malvinas sem expressa autorização de seu governo. O impasse foi estabelecido.

Colonização e imperialismo

Antes mesmo da chegada de Cristóvão Colombo à América, em 1492, acendeu-se um conflito entre Portugal e Espanha. Como o primeiro adiantara-se na expansão marítima, e tendo em vista os enormes esforços e recursos que foram despendidos, insistiu em acordos a fim de garantir a posse de terras mesmo que a Espanha as encontrasse antes. A serviço desta última, Colombo descobriu um novo mundo, ao passo que os portugueses, desde o início do século XV, exploravam o oceano Atlântico e pouco haviam encontrado. Reivindicaram, então, parte da descoberta.

Os Tratados de Alcáçovas (1479) e de Toledo (1480) e a Bula Aetemi Regis (1481) traçavam um paralelo a partir das Ilhas Canárias. O que estivesse ao norte seria da Espanha, ao sul, de Portugal. Por estes, as Ilhas Malvinas seriam portuguesas. Pelo Tratado de Tordesilhas, no entanto, assinado em 1494, traçou-se uma linha imaginária no continente americano. As terras que estivessem a leste desse meridiano seriam portuguesas, e as que estivessem a oeste, espanholas. Por este, as Malvinas seriam da Espanha. Ainda que reconhecidos apenas por Portugal, Espanha e pela Igreja, que intermediou os acordos, e contestado por outros países, como Inglaterra e França, não há documentos que reconheçam estes últimos como partes desse empreendimento colonial.

Com a independência política da Argentina, em 1816, as ilhas foram incorporadas ao novo Estado, dando espaço a uma colônia penal em 1820. Porém, em 1833, no contexto do avanço da política imperialista da potência hegemônica da época, a Inglaterra invadiu as ilhas. Sem a presença incômoda de Napoleão Bonaparte, vencido em 1814 e com o Congresso de Viena, em 1815, que reordenara a Europa, o império britânico expandiu-se pelo mundo, a fim de formar o “império onde o sol nunca se põe”. Dessa forma, além de marcar presença na Ásia – como China e Índia - e na África, os britânicos avançaram sobre a América, retirando territórios da Venezuela e do Brasil, como em Pirara, leste de Roraima. Neste último caso, após longas negociações diplomáticas, o governo brasileiro aceitou a intermediação do rei italiano Vittorio Emanuele III, que, em 1904, deu ganho aos britânicos. Do total de 33.200 km² reclamados pelos ingleses, o italiano reconheceu “apenas” 19.630 km², que foi incorporado ao território da Guiana Inglesa. Com isso, a Inglaterra ganhou acesso às águas do rio Amazonas. As Malvinas, portanto, são apenas partes do cardápio imperialista britânico.

A guerra entre Argentina e Inglaterra

Após 149 anos da invasão promovida pelos ingleses às Ilhas Malvinas, chegou a vez dos argentinos. Em 1982, o ditador Leopoldo Galtieri ordenou a ocupação, contando, talvez, que a Inglaterra não chegaria a mandar soldados, navios, aviões e até armamento nuclear para resolver uma questão periférica a 13 mil km de distância. Chegou! Entre 02 de abril e 14 de junho, travou-se uma guerra entre dois países que, ironicamente, orbitavam na esfera de influência dos Estados Unidos, num momento em que a Guerra Fria ainda assustava. A URSS assistiu a tudo de camarote: dois aliados de seu principal inimigo entraram em guerra, e este numa situação incômoda: a quem apoiar?

Os Estados Unidos tinham tratados com os dois beligerantes. Com a Inglaterra, integrava a Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), acordo que previa a ajuda militar e financeira em caso de agressão, e, com a Argentina, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que previa o mesmo.

Em ambos, o objetivo era evitar o avanço do comunismo. Diante dessa situação, o governo de Ronald Reagan não hesitou: apoiou a Inglaterra, deixando claro que os países que integravam a OTAN teriam sua preferência em questões com outros aliados. Na prática, desde então, o TIAR perdeu importância.¹

Se o governo dos Estados Unidos não apoiou a demanda argentina, o do Brasil, por outro lado, estreitou os laços e reconheceu o direito do vizinho nas Malvinas. Essa aproximação, depois, amadureceu, dando ensejo à formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), numa tentativa de fortalecer os laços comerciais e diplomáticos entre os países vizinhos e defender seus interesses comuns.²

Com o término da guerra, três dias depois o general Galtieri renunciou, e um ano e meio depois acabou de vez a ditadura que se instalara na Argentina em 1976 e tentara, por meio da guerra e da figura de um inimigo externo, unir os argentinos e dar sobrevida ao projeto político autoritário, que naquele momento dava sinais de esgotamento. Na Inglaterra, por outro lado, a vitória foi importante para conservar o que restava de auto-estima e credibilidade do antigo império. Além disso, deu fôlego à primeira ministra Margaret Thatcher, que naquele ano disputou eleições e viu seu partido (o Conservador) e sua liderança, até então muito criticados e combatidos por suas propostas e investidas neoliberais, serem conduzidos a mais um período à frente do governo. Saiu de lá somente em 1990.

Uma possibilidade aventada para resolução da questão é a consulta ao povo que habita o arquipélago, que, aliás, já se manifestou por meio de pesquisas de opinião favorável à manutenção do status quo. A autodeterminação dos povos, apoiada pelo governo inglês, neste caso é suspeita, uma vez que após 177 anos de domínio os quase três mil habitantes (chamados kelpers) são britânicos. Diante do impasse, a Argentina insiste na via diplomática, angariando o maior apoio possível da comunidade internacional, a começar pelos países vizinhos, a fim de

¹Segundo Bandeira (2003: 447), os militares argentinos contavam com o apoio do governo norte-americano em sua disputa com a Inglaterra devido à cooperação da Casa Rosada em ações militares conjuntas na América Central, porém, o governo de Ronald Reagan (1981-1988) foi pressionado pelo Congresso, pela opinião pública e pelos compromissos com a OTAN. "(...) se o Pentágono simpatizava com a aventura de Galtieri, conforme o ministro da Economia, Roberto Alemann, alegou pela televisão, os militares norte-americanos não mandavam em Washington, como supuseram seus colegas argentinos, que mandavam em Buenos Aires".

²O apoio do governo Figueiredo tinha dois objetivos: com o embargo comercial e econômico imposto pela Comunidade Econômica Européia e pelos EUA, havia o receio de que o governo argentino buscasse apoio e ajuda militar na URSS ou que seu isolamento favorecesse a instalação de algum regime de esquerda em Buenos Aires. Também, o governo brasileiro queria diminuir a rivalidade entre ambos em muito alimentada pelo próprio governo norte-americano, à medida que a este não convinha que Brasil e Argentina se unissem e pudessem colocar em risco os interesses daquele governo na região. (Bandeira, 2003: 445-451).

pressionar a Inglaterra a reconhecer sua soberania sobre as Malvinas, ou, pelo menos a compartilhar a exploração de riquezas da região. Uma guerra, neste caso, não é boa para ninguém. Segundo Esteban (1993), mais de 300 ex-combatentes argentinos se suicidaram após a guerra de 1982. Esse número é maior que o de ingleses que morreram nos combates! Aquela guerra continua fazendo vítimas.

Os *Acordos de Roboré*, ou desde quando pensamos que o petróleo – e o gás – boliviano é nosso

No caso Brasil-Bolívia, o estopim do mal-estar foi o anúncio da nacionalização dos hidrocarbonetos pelo governo boliviano. Como o Brasil de hoje, a Bolívia há muito é autosuficiente em petróleo³, porém, como essa indústria era dominada por multinacionais, o Estado arrecadava pouco, em comparação com os lucros. Com o decreto do governo boliviano, inverteu-se a relação: se antes o Estado detinha 18% e as empresas 82% da receita do gás e do petróleo, agora, com o montante que até então cabia às multinacionais, já em 2006 foi possível anunciar um aumento de 13% no salário mínimo, congelado havia três anos. O governo, ainda, iniciou um programa de ajuda às famílias mais pobres, uma espécie de “renda mínima”, cujos recursos são garantidos pela mesma receita dos hidrocarbonetos.

Ainda estão recentes em nossa memória as lutas empreendidas pelo povo boliviano na derrubada de dois presidentes: Gonzalo Sánchez de Lozada, em 2003, e Carlos Mesa, em 2005. No primeiro, um acordo de fornecimento de gás aos Estados Unidos, passando por território chileno, foi o estopim para as lutas sociais que afugentaram o presidente para Miami (dizia-se que Lozada falava melhor o inglês do que o espanhol), num momento em que parte da população, sem acesso ao mesmo gás, utilizava estrume animal para aquecer seus parques alimentares. O litoral chileno, por onde passaria o gás, é o mesmo que foi tomado dos bolivianos na Guerra do Pacífico em 1879, retirando não só a única saída para o mar, mas também as riquezas que na época respondiam por parte dos ingressos no país, como o guano. Em 2005, uma nova lei de hidrocarbonetos, aumentando a participação do Estado na exploração feita pelas multinacionais de 18% para 50%, negada pelo sucessor de Lozada, Carlos Mesa, levou-o ao

³No caso da Bolívia, refiro-me à autosuficiência em jazidas e não em produção, uma vez que sem as empresas multinacionais o país não consegue completar o ciclo de exploração (da extração à distribuição) desse produto. No caso brasileiro, a autosuficiência foi anunciada pelo governo em 2006, paralelamente às discussões em torno da nacionalização do petróleo boliviano e do papel do Petrobrás naquele país, porém, ainda que tenhamos uma produção (hoje em 2,2 milhões de barris por dia) em barris superior ao nosso consumo, dependemos ainda do petróleo importado apropriado para refino e uso em automóveis (importamos o mais fino e exportamos o mais viscoso).

mesmo destino. Assim, a retomada do controle pelo Estado da principal riqueza do território boliviano foi o fulcro das eleições de 2005, e Evo Morales, do MAS (Movimento ao Socialismo), partido que surgiu vinculado aos movimentos sociais, comprometeu-se, como candidato, em cumprir essa demanda popular. Cumpriu.

As reações, dentro e fora do país, não tardaram. É costume, na América Latina, sempre que um governo inverte alguma soma em setores sociais, compensando com a retirada de algum privilégio da grande propriedade, aparecer denúncias e acusações, como a de que o governo é populista ou usa de demagogia para atrair as massas. Por aqui, a imprensa bradou em uníssono que Morales agia a mando de Hugo Chávez. É preciso olhar de forma panorâmica a história dos dois países e recuperar a historicidade dos acordos que deram origem a estas tensões.

No Brasil, num momento – 2006 - em que a disputa eleitoral ensejou, entre outras, a discussão sobre ética na política e os compromissos assumidos pelos candidatos a cargos majoritários, esses mesmos e grandes órgãos de imprensa criticaram o governo brasileiro por não ter respondido de maneira mais “firme” a um governo vizinho que outra coisa não fez senão realizar um compromisso de campanha. Aliás, cobrou-se dos bolivianos uma postura de respeito ao Brasil que, internamente, muitos setores não demonstram ter.⁴ Em outras palavras, quiseram que o governo boliviano fosse mais patriota em relação ao Brasil do que os próprios brasileiros.

Um país espoliado

A Bolívia é um país que, desde sua independência política, em 1825, só fez perder território e riqueza. Antes mesmo do petróleo e do gás, a prata, o nitrato e o estanho já haviam sido fartamente explorados.

Por causa de suas riquezas naturais, a Bolívia envolveu-se em inúmeros conflitos, que terminaram por retirar-lhe, no total, 56,5% de seu território original. Perdeu 120.000 km² para o Chile, incluindo todo o seu litoral, em 1879. Para o Brasil, foram 490.437 km², em territórios do Acre e faixas no Mato Grosso. Para a Argentina, 170.000 km² no Chaco Central e na Cordilheira do Atacama, e, com a Guerra do Chaco, 250.000 km² para o Paraguai, entre outras, totalizando a perda de 1.265.437 km². Em todos esses episódios, o capital estrangeiro esteve presente,

⁴Foi o caso dos usineiros, que em 2006 diminuíram a produção e colocaram em risco o abastecimento de parte da frota de automóveis como forma de forçar aumentos e auferir lucros maiores com o álcool. Foi também o caso da Volkswagen, que no mesmo ano ameaçou demitir 3.600 trabalhadores, mas, demovida pelo governo, “contentou-se” com empréstimo subsidiado pelo BNDES (juros baixos e prazos elásticos) para continuar com a unidade do ABC. Também, há os banqueiros, que teimam em não respeitar determinação constitucional que limita os juros em 12% ao ano.

sem o qual não é possível compreender os motivos que provocaram, além da perda de territórios, também a morte de centenas de milhares de bolivianos.

Os Acordos de Roboré

Saindo da Guerra do Chaco, um conflito entre Bolívia e Paraguai travado entre 1932 e 1936 motivado pela posse de um território fronteiriço, segundo a historiografia uma cortina de fumaça para esconder, e mal, os interesses da Shell – que explorava no Paraguai – e da Standard Oil Co. – que atuava na Bolívia – que disputavam, essas sim, o Chaco e a extensão de seus domínios nos dois países, o governo boliviano aproximou-se do Brasil como estratégia de contar com o apoio do maior país da região e proteger-se de novas investidas de seus vizinhos. Assim, em 1938, Brasil e Bolívia assinaram um tratado que previa a ligação ferroviária entre os dois países (inaugurada em 1955) e, como garantia desse investimento, que seria feito pelo governo brasileiro, a cessão da exploração de petróleo na zona subandina, no Departamento de Santa Cruz. Como a Segunda Guerra Mundial e as questões internas⁵ no Brasil impedissem o cumprimento do Tratado, o tempo passou, e somente no governo de Juscelino Kubitschek as negociações foram retomadas. Com a queda de Getúlio Vargas em 1945, o governo que o sucedeu, do marechal Dutra, fez o que pôde para entregar a exploração do petróleo brasileiro a multinacionais, tentando encontrar brechas na Constituição de 1946 para garantir essa prerrogativa. No segundo governo Vargas (1951-1954), setores da sociedade levantaram-se em torno da campanha “O Petróleo é nosso”, que não só impediu a entrega de nossas reservas a trustes estrangeiros, como em 1953 fez nascer a estatal Petrobrás.

Em 1958, quando a Petrobrás tinha quatro anos e meio de atividades, foram assinados os *Acordos de Roboré*, que atualizavam o Tratado de 1938 e acrescentavam outros pontos.⁶ Assinados na cidade boliviana de mesmo nome, próxima da

⁵A partir de 1938, o governo brasileiro assegurou a exploração de petróleo na Bolívia, porém, as atenções voltaram-se a questões como a recente instauração da ditadura, o cerco aos opositores do novo regime, a entrada do país no conflito mundial, a contradição entre a derrota do nazi-fascismo e a manutenção da ditadura no Brasil, a Assembléia Constituinte de 1946, o início da Guerra Fria e a perseguição aos comunistas no governo Dutra, as eleições de 1950, a criação da Petrobrás, a crise do segundo governo Vargas e a que seguiu à sua morte, as eleições de 1955, as tentativas de golpe antes e durante o governo de Juscelino Kubitschek.

⁶Assinados em 29 de março de 1958 na cidade boliviana de Roboré, os *Acordos* têm no total 31 documentos, sendo 10 convênios, 11 protocolos e 10 notas reversais (instrumentos diplomáticos utilizados para atualizar ou esclarecer pontos de um tratado anterior, neste caso, o de 1938). A principal e mais polêmica questão referia-se à exploração de petróleo e gás natural em território boliviano por empresas privadas brasileiras, num momento em que a Petrobrás já tinha o monopólio de exploração desse setor no Brasil.

fronteira dos dois países, sua questão mais polêmica foi a cláusula que permitia somente a empresas privadas brasileiras a exploração do petróleo boliviano, em detrimento da Petrobrás. Isso foi agravado pela posição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), à época presidido por Roberto Campos, arauto do liberalismo e do capital estrangeiro, que defendia a associação das empresas brasileiras com empresas estrangeiras (principalmente a Pan American Oil Co., do grupo Standard Oil Co.), o que faria do Brasil apenas um testa-de-ferro para atender aos interesses dos trustes do petróleo.

Em 1938, quando o tratado que deu origem aos *Acordos de Roboré* foi assinado por Getúlio Vargas e Germán Busch, presidentes de Brasil e Bolívia, respectivamente, não havia no Brasil uma empresa estatal do setor de petróleo, e na Bolívia, por outro lado, havia já a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), recém-criada e estatal. Vinte anos depois a situação se inverteu: a YPFB perdeu força e o monopólio de exploração, enquanto que no Brasil, como vimos, havia a Petrobrás e uma luta, para matá-la ou para fazê-la crescer.⁷ Como a essa altura a Bolívia estivesse novamente sob pressão do Departamento de Estado dos EUA, e como esse governo defendia a entrega das reservas petrolíferas bolivianas a empresas norte-americanas, algumas, como a Standard Oil Co., que perdera suas concessões após a Guerra do Chaco, houve uma manobra do governo boliviano, por sua vez “assessorado” pelo norte-americano, para promulgar um novo Código de Petróleo no país e rever o tratado com o Brasil que lhe concedia toda a zona subandina para exploração. Daí os Acordos de Roboré, que limitaram a área a ser explorada – cláusula que não existia em 1938 – e vetaram a participação da Petrobrás no empreendimento, como forma de não só não fortalecer a empresa brasileira, mas também introduzir por aqui empresas multinacionais que explorassem o petróleo boliviano e, com a derrocada da Petrobrás, também o brasileiro.

O interesse desses trustes poderosos do petróleo, pelo menos naqueles anos, não era retirar do subsolo o petróleo sul-americano, mas guardá-lo como reserva estratégica e alternativa devido às instabilidades do Oriente Médio, que fornecia petróleo abundante e barato. Se houvesse a exploração de mais campos de óleo, o mercado seria inundado e os lucros com esse empreendimento encolheriam, devido à queda dos preços que seria provocada.

⁷Ainda no governo Kubitschek, as discussões em torno da Petrobrás continuaram, sendo que em 1958, por ocasião da assinatura dos *Acordos de Roboré* elas foram intensificadas. Assim como ocorrera por ocasião de sua criação, no segundo governo Vargas, as posições se polarizavam entre o seu enfraquecimento – e até extinção – e o seu fortalecimento.

Assim, os acordos abriram três possibilidades: cumpri-los à risca, o que significava permitir somente capital privado nacional para explorar na Bolívia⁸; respeitar o monopólio brasileiro, que implicava em levar a Petrobrás para território boliviano, e finalmente, a associação de empresas brasileiras com capitais estrangeiros, o que abriria as portas de Bolívia e Brasil à penetração do capital daqueles trustes. Ocorre que no Brasil não havia, à época, nenhuma empresa de capital privado nacional constituída em condições de realizar esse empreendimento. A Petrobrás, sim, tinha essa condição. Apesar disso, o BNDE, que ficou responsável pela seleção, credenciamento e financiamento das empresas brasileiras, escolheu somente as que estivessem associadas a empresas norte-americanas, particularmente ligadas à Standard Oil Co.

Assinados os *Acordos*, em março de 1958, instalou-se essa polêmica no Brasil, e os órgãos de imprensa e setores do governo e da sociedade em geral dividiram-se sobre a questão, o que levou o governo a postergar seu desfecho. Os que não aprovavam a existência da Petrobrás aproveitaram o episódio Roboré para atacá-la e até sabotá-la, aqui e na Bolívia, e os que a defendiam moveram campanhas para que esses acordos não a enfraquecessem.

Na Bolívia, a presença da Petrobrás não foi vista com ânimo, uma vez que, segundo seus opositores, seria como um Estado estrangeiro explorar diretamente o país, o que, também para eles, feria sua soberania. Tanto lá como cá, houve quem apontasse que a campanha contra a presença da Petrobrás na Bolívia era financiada e estimulada pelos trustes do petróleo. Tãmanha discussão fez com que jornais como *O Estado de S. Paulo* tomassem partido pela posição de Roberto Campos e Lucas Lopes (Ministro da Fazenda). *O Semanário*, jornal nacionalista, tomou partido em apoio à Petrobrás e ao Marechal Lott (Ministro da Guerra), um dos principais defensores da estatal. No Congresso Nacional uma CPI foi montada, e o assunto foi parar até na incipiente televisão brasileira, onde debates foram travados sobre a questão. A UNE (União Nacional dos Estudantes) promoveu no Rio de Janeiro o enterro simbólico de Roberto Campos, já apelidado de “*Bob Fields*”. Juscelino Kubitschek, político hábil, não se comprometeu com nenhuma posição, e os acordos não saíram do papel, o petróleo não saiu da Bolívia, mas muita discussão jorrou em torno dessa questão, que era também pretexto para se discutir o próprio Brasil e seus rumos.

⁸Na prática, como não havia capital privado nacional para efetuar tal exploração, o grupo encabeçado por Roberto Campos aproveitou-se dessa brecha no texto dos *Acordos* para sugerir a “associação” de capitais nacionais e estrangeiros, o que representaria a exploração por parte da Standard Oil Co. e um forte golpe na ainda incipiente Petrobrás.

Como chegamos à Bolívia

Após conturbada discussão e instalação de governos autoritários nos dois países, somente em 1974 a questão foi retomada, e, devido à crise do petróleo do ano anterior, vislumbrou-se a construção de um gasoduto. No ano em que a Petrobrás perdeu o monopólio no Brasil, em 1997, o governo FHC iniciou as obras e, dois anos mais tarde, inaugurou seu primeiro trecho, sendo que em 2001 o gás boliviano começou a ser distribuído no Brasil de forma maciça. Desde 1996 na Bolívia, a Petrobrás, em apenas dez anos, tornou-se a principal empresa do país, responsável por pelo menos 15% PIB e quase ¼ da arrecadação fiscal.

Quando bolivianos discutem a presença brasileira em seu país, lembram da Guerra do Paraguai (1864-1870), que é tida como marco das pretensões expansionistas do Brasil. Em 1867, quando os aliados (Brasil, Argentina e Uruguai) avançavam sobre o Paraguai, o governo de D. Pedro II aproveitou o momento para assinar um primeiro tratado de limites com a Bolívia, o que, segundo os bolivianos, já lhe retiraram os primeiros territórios. A Argentina fez o mesmo pouco depois, ainda em meio à guerra, e, com o fim desta, foi a vez do Paraguai ser encolhido em seu território por meio de um tratado que lhe foi outorgado. Nesse meio tempo, o Acre, reconhecido como território boliviano pelo Tratado de 1867, já estava sendo ocupado por levas de imigrantes nordestinos, muitos fugindo dos efeitos da seca. Não tardou, e, em 1903, novamente os bolivianos teriam que ceder mais esse rico pedaço de chão, por uma indenização que, a rigor, os brasileiros extraíram da própria borracha, explorada há décadas ali mesmo.

Entende-se porque, no presente, quando os bolivianos gritam contra a exploração estrangeira, na linha de frente está a estatal brasileira. E também porque, ontem (1958) como hoje, o Brasil é chamado de imperialista, e no entendimento dos bolivianos sua ponta-de-lança é a Petrobrás. Nos anos 1950, para enfatizar, o nome do país (Estados Unidos do Brasil) reforçava a tese de que na América do Sul estava presente um país representante dos interesses dos Estados Unidos da América, com algum poder de manobra e atuação, mas ainda submetido aos ditames do Norte.

Para concluir

Se desde o século XIX, com a independência das antigas colônias, os países sul-americanos mantiveram-se na órbita de dominação britânica, na virada para o XX, com a direção dada às relações internacionais pelo barão do Rio Branco o Brasil aproximou-se mais dos EUA. A Argentina, no entanto, continuou mais próxima da Inglaterra, ainda que fosse estreitando laços com os EUA no período mais recente.

Se as questões das Ilhas Malvinas e dos *Acordos de Roboré* nos remetem a interesses de governos e trustes estrangeiros, é verdade também que apontam os interesses de expansão de Brasil e Argentina na América do Sul. Ainda que em contextos diferentes, ambos esbarraram nas pretensões imperialistas de EUA e Inglaterra, e, se de um lado não queriam capitular, por outro não podiam extrapolar ou provocar fissuras significativas na ordem regional que interessava aos interesses geopolíticos e econômicos daquelas potências.

“O principal objetivo das Grandes Potências em relação aos grandes Estados da periferia é garantir que seu desenvolvimento político, militar e econômico não afete seus interesses locais, regionais e mundiais. (...) Nessa estratégia está sempre presente a ideia, porém disfarçada, de desintegrar territorialmente ou desarticular politicamente os grandes Estados periféricos pelo estímulo a rivalidades regionais, raciais e religiosas onde existem, e de outro lado, a impedir que os grandes Estados se articulem, em nível regional ou em nível internacional, para enfrentar a ação e a pressão das Grandes Potências (...). Na estratégia sul-americana dos Estados Unidos, dois países tinham e têm importância crucial, que são o Brasil e a Argentina. (...)” (Guimarães apud Bandeira, 2003: 16;19)

Nesse sentido, a luta contra a presença desses interesses não representou em nenhum momento uma luta anticapitalista. Dessa forma, se em algum momento exorbitou, foi no máximo contra as manifestações do imperialismo. Nessa perspectiva, o limite da crítica e da luta é o nacionalismo, que ainda assim reforça as estruturas e a organização capitalista. Se houvesse luta anticapitalista, esta seria também antiimperialista, porém, o oposto, ainda que tivesse ocorrido, não é necessariamente verdadeiro.

Malvinas e Roboré, ainda, servem para ilustrar como os avanços expansionistas na América do Sul são vistos, negociados e “permitidos” pelas potências centrais, indicando os limites em que podem atuar os Estados da região.

Bibliografia

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (2003). *Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan.
- ESTEBAN, Edgardo e BORRI, Gustavo Romero (1993). *Illuminados por el fuego*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- LENIN, Vladimir. *Imperialismo – fase superior do capitalismo*. Várias edições.
- MARINI, Ruy Mauro (2000). *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes / Buenos Aires: CLACSO.
- ROMERO, Luis Alberto (1997). *Breve história contemporânea de la Argentina*. México. Fondo de Cultura Económica.
- VILARINO, Ramon Casas (2005). Lutas Sociais na Bolívia – entrevista com Evo Morales. *Revista Projeto História*, julho, São Paulo, pp. 337-348.
- _____ (2006a). O petróleo é nosso? *Carta Capital na Escola*. São Paulo: Editora Confiança, maio, pp. 33-37.
- _____ (2006b). *Os Acordos de Roboré – Brasil, Bolívia e as questões do petróleo, desenvolvimento e dependência no final dos anos 1950*. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, PUC, São Paulo.
- _____ (2010). Por que se luta pelas Malvinas. *Carta Fundamental*. São Paulo: Editora Confiança, abril, pp. 22-25.